

Eixo Principal: Eixo 09: Movimentos sociais, resistência e as pessoas com deficiência: história e repercussões na atualidade.

A SURDEZ COMO CAMPO DE DISPUTAS SIMBÓLICAS E POLÍTICAS: OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO¹

Resumo: O trabalho apresenta parte de uma pesquisa em andamento, desenvolvida no doutorado em Sociologia pela USP, que investiga as disputas simbólicas em torno da definição da surdez como problema social no Brasil contemporâneo. O estudo parte da premissa de que a surdez é uma construção histórica e relacional, marcada por disputas entre modelos interpretativos, práticas institucionais, legislações e reivindicações políticas. Duas perspectivas principais orientam essas disputas: o modelo biomédico, que entende a surdez como uma deficiência sensorial a ser reabilitada; e o modelo socioantropológico, que a concebe como diferença linguística e cultural, com a Libras como eixo de pertencimento. O objetivo da pesquisa é compreender como esses modelos se constituem e se legitimam, disputando a definição legítima da surdez e suas implicações nas políticas públicas, legislações, produção acadêmica e experiências sociais dos sujeitos surdos. A metodologia combina abordagem qualitativa e quantitativa, articulando quatro eixos empíricos: análise documental (leis e normas), mapeamento da produção acadêmica, análise de dados socioeconômicos e análise de audiências públicas sobre educação de surdos. Observa-se a formação de duas lógicas de inclusão, ancoradas em projetos de cidadania: uma “cidadania linguística”, defendida por movimentos como a FENEIS, que valoriza a Libras e a escola bilíngue; e uma “cidadania biológica”, mobilizada por grupos como a ANASO, que reivindicam acesso à reabilitação auditiva e escolas regulares. As famílias ouvintes, ao decidirem sobre a trajetória de seus filhos surdos, enfrentam as tensões entre esses modelos, atravessadas por marcadores sociais como gênero, sexualidade, religião, classe, raça e território. A pesquisa mostra que a surdez é um espaço de disputa por reconhecimento, onde diferentes agentes lutam para impor sentidos legítimos sobre o que é “ser surdo”. Assim, a surdez emerge como categoria em disputa, cujos sentidos não estão dados, mas são permanentemente construídos nas lutas por cidadania, identidade e justiça.

Palavras-chave: surdez; deficiência auditiva; disputas simbólicas; movimentos sociais; modelo socioantropológico; modelo biomédico; políticas públicas.

Este resumo expandido apresenta parte de uma investigação sociológica em andamento, desenvolvida no doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (PPGS-USP), que tem como objetivo compreender as disputas simbólicas em torno da definição da surdez enquanto problema social no Brasil contemporâneo. Interessa-nos, especialmente, como diferentes agentes – movimentos sociais, especialistas, pesquisadores, instituições públicas e o Estado – disputam a autoridade legítima sobre o que é “ser surdo”, quais

¹ A autora do texto é Camila Americano Lanhoso, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP). Faz parte do Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação, Cultura e Conhecimento (GPSECC-USP). Contato: camila.lanhoso@usp.br

soluções devem ser propostas a essa população e quais direitos devem ser reconhecidos.

A tese parte do pressuposto de que a deficiência, longe de ser um dado natural, é uma construção multifacetada, multidimensional, histórica e relacional, mobilizada por disputas entre modelos de interpretação, práticas institucionais, legislações, classificações sociais e reivindicações políticas. No caso da surdez, dois modelos se sobressaem: o modelo biomédico e o modelo socioantropológico.

De um lado, existe um grupo que considera a surdez uma particularidade linguística e cultural, identificando-se como Surdos – com “S” maiúsculo – e pertencentes à comunidade surda. Entendem-se enquanto parte de uma cultura formada por uma língua própria, a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ou seja, o saber linguístico, por meio do reconhecimento da língua de sinais, é articulado como uma maneira de justificar a especificidade dessa população e reivindicar direitos. Com base em estudos antropológicos, como a tese de César Augusto Silva (2011), sabe-se que esse discurso vem sendo legitimado por religiosos (católicos, protestantes luteranos e batistas e Testemunhas de Jeová), acadêmicos da linguística, pedagogia e psicologia e grupos e associações que promovem o reconhecimento cultural e linguístico das pessoas surdas.

De outro lado, existem pessoas que não fazem o uso da Libras como meio de comunicação e que passaram por processos clínico-terapêuticos, como habilitação/reabilitação oral e auditiva através de terapia fonoaudiológica e do uso de tecnologias assistivas como o aparelho auditivo de amplificação sonora individual (AASI) e o implante coclear (IC) para desenvolver a linguagem oral. Nessa perspectiva, o saber biomédico considera fundamentais os avanços biotecnológicos para a promoção da igualdade entre surdos e ouvintes (Vianna et al., 2022). Esse discurso é legitimado por acadêmicos da medicina, fonoaudiologia e biologia (especialmente a genética), profissionais da saúde, instituições clínicas e familiares, focando em diagnósticos e tratamentos.

A pesquisa tem como objetivo central compreender como se constituem e se institucionalizam os discursos sobre a surdez como um “problema social” e/ou “problema sociológico”, analisando as lutas por reconhecimento e legitimação de diferentes modelos – o socioantropológico e o biomédico – e suas repercussões

nas políticas públicas, legislações, produções acadêmicas e experiências dos sujeitos surdos.

Minha hipótese é que a questão da surdez tem implicado em diferentes estratégias postas em prática por múltiplos agentes (os surdos, as famílias, associações, especialistas científicos, especialistas jurídicos, pesquisadores, cuidadores, gestores públicos) que lutam pelo acesso a direitos específicos ou se engajam em determinado modo de “gerenciar” essa população, constituindo duas diferentes formulações do sujeito de direito. De acordo com Vianna et al. (2022), de um lado, o campo da educação acabou por “produzir” o sujeito surdo, através da difusão da Libras, do reconhecimento da cultura da comunidade surda e da defesa das escolas bilíngues e, de outro lado, a saúde “produziu” o sujeito com deficiência auditiva através da habilitação/reabilitação oral e auditiva em clínicas médicas e hospitais universitários.

Com a “produção” de tais sujeitos pelos campos da educação e da saúde, o exercício da cidadania pelos diferentes grupos sociais tem sido atravessado por determinados modos de “inclusão”, que se dão através das normas de comportamento, de aparência e de funcionalidade² (Mitchell e Snyder, 2015, p. 9). Isso significa que a inclusão dos corpos surdos na sociedade tem sido regulada por diferentes campos sociais que se encarregam do trabalho de “gerenciar” essa população, possibilitando o acesso – ou não – a determinados direitos, bens simbólicos e ao reconhecimento por meio de diferentes formas de exercer a cidadania.

Ou seja, de um lado, tem se desenhado a existência de uma “cidadania linguística”, preconizada por surdos sinalizantes, que têm a Libras como eixo de sustentação para o acesso aos “direitos linguísticos” (Müller et al., 2013; Ribeiro, Bertonha e Castro, 2020; Bär, Rodrigues e Souza, 2018) e outra, a “cidadania biológica” (Rose, 2013; Rose e Novas, 2005), exercida por surdos oralizados e/ou usuários de próteses auditivas, para o acesso aos “direitos assistivos”, destinados às pessoas com deficiência.

² Para David Mitchell e Sharon Snyder (2015), quando se fala em normas de aparência, comportamento e funcionalidade, trata-se de padrões socialmente construídos que definem o que é considerado “normal” ou “aceitável” em termos de como os corpos devem parecer, agir e funcionar dentro da sociedade. Essas normas estão diretamente ligadas aos mecanismos subjacentes à biopolítica, que ditam a inclusão ou exclusão de determinados grupos, especialmente pessoas com deficiência.

A análise proposta ancora-se na sociologia de Pierre Bourdieu, especialmente nos conceitos de campo, *habitus*, capital e lutas simbólicas. Compreende-se que a surdez, como categoria social, não é fixa, mas uma construção relacional disputada entre diferentes posições e agentes no espaço social. Recorre-se, ainda, às contribuições de autores como Rémi Lenoir (1996), que diferencia os problemas sociais (como demandas por soluções práticas) dos problemas sociológicos (como construções analíticas que buscam explicações), bem como à literatura dos *estudos da deficiência (disability studies)*, especialmente as abordagens críticas ao modelo biomédico e ao modelo socioantropológico.

A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa e quantitativa combinada. Empiricamente, baseia-se em quatro eixos de investigação: (1) análise de documentos normativos, como a Lei de Libras (2002; 2005), Lei Brasileira de Inclusão (2015) e Lei da modalidade de educação bilíngue (2021); (2) mapeamento da produção acadêmica, como grupos de pesquisa, teses e dissertações sobre surdez em uma perspectiva quantitativa; (3) uso de dados secundários (IBGE, PNAD, PNS) para caracterizar a população surda e mapear desigualdades socioeconômicas; e (4) estudo das audiências públicas federais voltadas à temática da surdez, especialmente as relacionadas ao Plano Nacional de Educação (PNE) e à Política Nacional de Educação Especial (PNEE), por meio da análise do discurso, buscando identificar as categorias de classificação e os sentidos em disputa.

Esses modelos – o biomédico e o socioantropológico – não são apenas perspectivas conceituais, mas integram práticas institucionais, decisões familiares, políticas públicas e, sobretudo, lutas por reconhecimento. São constitutivos de identidades, subjetividades e pertencimentos. Por exemplo, os movimentos sociais de surdos sinalizantes, principalmente a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) mobilizam uma concepção de surdez como diferença cultural, buscando a valorização da Libras, a defesa da escola bilíngue e a construção de uma “cidadania linguística”. Por outro lado, organizações como a Associação Nacional dos Surdos Oralizados (ANASO) e grupos de surdos oralizados reivindicam o direito à reabilitação auditiva, ao acesso às tecnologias auditivas e às escolas regulares (inclusivas), constituindo uma “cidadania biológica”.

As famílias, em sua maioria ouvintes, são atravessadas por essas disputas no momento de decidir sobre a trajetória social de seus filhos surdos, enfrentando pressões morais e institucionais que exigem posicionamentos diante da dicotomia entre linguagem oral *versus* língua de sinais, deficiência *versus* diferença, cultura surda *versus* cultura ouvinte. Tal como mostram os trabalhos de Santana (2005), Assênsio (2015) e Ferrari (2017), o diagnóstico da surdez não encerra a problemática, mas inaugura uma série de decisões complexas sobre escolarização, tratamento, socialização e identidade.

A teoria bourdieusiana permite compreender essas disputas como lutas por classificação legítima em diferentes campos – jurídico, acadêmico e político – onde os agentes mobilizam capitais (econômico, cultural, simbólico) para impor suas definições do mundo social. A partir do conceito de *habitus*, torna-se possível analisar as trajetórias diferenciadas de sujeitos surdos: enquanto alguns desenvolvem um *habitus* alinhado à comunidade surda e à língua de sinais, outros são socializados para a oralidade e a reabilitação auditiva, construindo identidades distintas. A pesquisa de Carla Ferrari (2017), retomada no trabalho, ilustra como essas trajetórias são atravessadas por condições de classe, raça, gênero, religião, território, entre outros marcadores sociais de diferença, mostrando que não existe uma experiência única da surdez, mas uma diversidade de posições e estratégias que refletem as desigualdades sociais estruturais do Brasil. Assim, o uso da Libras ou da oralidade, a escolarização em escolas regulares ou bilíngues, o acesso ao IC ou ao AASI, são todos elementos que dependem da posição ocupada pelos sujeitos no espaço social, das redes de apoio e dos recursos disponíveis.

A pesquisa mostra que não existe uma resposta única ou definitiva para a pergunta “o que é ser surdo?”. O que existe são diferentes projetos de sociedade, distintos modos de subjetivação e múltiplas formas de resistência que revelam as disputas dos movimentos sociais de pessoas com deficiência no Brasil. Reconhecer essa diversidade e complexidade é fundamental para a formulação de políticas públicas sensíveis às realidades plurais, e para a construção de uma sociedade inclusiva e democrática.

Referências bibliográficas

- ASSÊNSIO, Cibele. Comunidade surda: notas etnográficas sobre categorias, lideranças e tensões. 191p. Dissertação (Mestrado em Ciência Social – Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- BÄR, Eliana Cristina; RODRIGUES, Cássia Sígolo; SOUZA, Regina Maria. Quando a política linguística se funda na noção de deficiência: circularidade nos textos das leis e a ilusão da garantia de direitos linguísticos. *Revista Digital de Políticas Linguísticas*, Campinas, 2018, ano 10, v. 10. Disponível em: Acesso em: 25 jun 2022.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
- FERRARI, Carla. Surdez, cultura e identidade: as trajetórias sociais na construção das identidades de indivíduos surdos. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2017.
- LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P.; LENOIR, Remi; MERLLIÉ, Dominique.; PINTO, Louis. (Orgs.). *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 59-106.
- MITCHELL, David.; SNYDER, Sharon. *The Biopolitics of Disability: neoliberalism, ablenationalism, and peripheral embodiment*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2015.
- MÜLLER, Janete Inês; I., STÜRMER, Ingrid; KARNOPP, Lodenir B. & THOMA, Adriana da S. Educação bilíngue para surdos: interlocução entre políticas linguísticas e educacionais. *Nonada: Letras em Revista*, v. 2, n. 21, p. 1-15, 2013.
- RIBEIRO, Gilmara dos R.; BERTONHA, Giovanna; CASTRO, Juliana N. Política linguística voltada para surdos no Brasil: reflexões sobre os domínios familiar e escolar. *Revista Gatilho, UFJF*, v. 18, p. 211-230. out. 2020.
- ROSE, Nikolas; NOVAS, Carlos. Biological Citizenship. In: *Global Assemblages: Technology, Politics, and Ethics as Anthropological Problems*, Ed: ONG, Aihwa.; COLLIER, Stephen. Malden: Blackwell, 2005, p. 439-463.
- ROSE, Nikolas. A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI. Ed. Paulus: São Paulo, 2013.
- SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Summus, 2015.
- SILVA, César. Augusto de A. Entre a deficiência e a cultura: análise etnográfica de atividades missionárias com surdos. 194 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- VIANNA, Núbia G.; ANDRADE; Maria da G. G.; LEMOS, Flávia Cristina S.; RODRÍGUEZ-MARTÍN, Dolors. A surdez na política de saúde brasileira: uma análise genealógica. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 4, p. 1567-80, 2022.